

JUNE E HAHNER

EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA:

No Brasil como em outros países do Novo Mundo a educação superior da mulher serviu como elemento essencial no desenvolvimento da ideologia da emancipação feminina no século XIX o que também possibilitou o aparecimento das lideranças dos movimentos pelos direitos femininos

Durante a segunda metade desse século no Brasil as cidades cresceram em área população e complexidade econômica e social O início da industrialização o crescimento das atividades comerciais os melhoramentos das comunicações e transportes e o crescente índice de alfabetização facilitaram o aparecimento de novas ideias nos grandes centros urbanos onde pequenos grupos de pioneiras adversárias das desigualdades de gênero manifestaram sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens as mulheres Através de jornais mais tarde esquecidos procuraram despertar outras mulheres para seu potencial de autoprogresso e elevar seus níveis de aspiração Estas adversárias da subordinação feminina tentaram iniciar mudanças no *status* econômico social e legal das mulheres que lhes pareciam mais semelhantes a si próprias numa sociedade escravocrata e altamente estratificada As pioneiras da emancipação feminina uma minoria de mulheres alfabetizadas em ascensão enfatizaram a educação da mulher como uma fonte não só de opções ampliadas da independência econômica mas também de melhorias sociais

A educação no Brasil do século passado era em grande parte uma prerrogativa daqueles a quem se outorgavam seus benefícios por nascimento ou posição social De acordo com o censo de 1872 apenas 20% dos homens e 11,5% das mulheres sabiam ler e escrever As porcentagens eram mais altas nas cidades onde a

disparidade entre as taxas de alfabetização masculina e feminina não era tão grande como entre a população total do país (Vide tabelas 1, 2 e 3)

Em contraste com o Brasil — cuja população em 1872 era de mais de dez milhões — o Chile — com uma população mais homogênea e bem menor — só uns dois milhões de habitantes em 1875 — apresentava taxas de

profissionais liberais na américa latina do século XIX

alfabetização muito mais altas — com disparidades de gênero menos notáveis. Segundo o censo nacional de 1873, 23,7% dos homens sabiam ler e escrever e 26,2% eram capazes somente de ler, enquanto 16,9% das mulheres sabiam ler e escrever e 19,8% somente liam.¹ Em 1873, o Império do Brasil possuía apenas 5.077 escolas primárias públicas e particulares com 114.014 alunos e 46.246 alunas, enquanto em 1877, as 1.282 escolas primárias públicas e particulares no Chile ensinavam a 36.231 meninos e 27.584 meninas — aproximadamente o dobro — baseado numa comparação relativa entre as populações destes países.² A população menor e mais homogênea do Chile ocupava um território pequeno e por isso mais controlável, com uma estrutura política estável e mais flexível, sem necessidade de grandes rupturas. Os escravos em número relativamente pequeno foram emancipados no começo do século XIX, como resultado da luta pela independência. No Chile, uma prospera economia baseada na mineração e na agricultura facilitava as tentativas de modernização por parte dos liberais, que consideravam a educação um elemento essencial para o desenvolvimento do país.

Sabemos que melhorias em alfabetização e escolaridade podem abrir caminhos no mundo moderno para homens e mulheres. A alfabetização, afinal de contas, e mais do que uma habilidade técnica, ela possibilita novos tipos de competências e pode atenuar a rigidez dos comportamentos tradicionais. Ela facilita a preservação e manutenção de uma rede de comunicações mais ampla do que a da própria localidade e pode gerar ceticismo sobre opiniões regionais, facilitando o acesso a outros pontos de vista. Para as mulheres, a diminuição da disparidade entre as taxas de alfabetiza-

¹ Chile: Oficina Central de Estadística. *Anuario estadístico de la República de Chile correspondiente a los años de 1876 y 1877*. Santiago: Imprenta Nacional, 1878, p. 436.

² *Ibidem*, p. 441.

ção masculinas e femininas pode trazer grandes implicações, ajudando-as a entrar num mundo maior. Um aumento do uso da escrita em vez da comunicação oral poderia ajudar a fechar o abismo entre a experiência masculina e a feminina: uma vez que a palavra falada ligada a presença do orador transmite o gênero deste de uma maneira que a escrita não faz.

Alguns liberais brasileiros que pregavam a modernização no século XIX defendiam um sistema educacional mais aperfeiçoado. Como muitos outros liberais latino-americanos, consideravam a educação como a chave do progresso de seu país. Difundir a educação assim como elevar o nível tecnológico haveria de promover o avanço econômico e o desenvolvimento material, um processo no qual a mulher poderia desempenhar um papel menos restrito.

A falta de verbas, mais do que a oposição de entidades como a Igreja, dificultava muito o crescimento da educação para crianças no Brasil. Era das províncias empobrecidas e não do governo central a responsabilidade pela educação pública primária fora da capital, e que nesta sociedade agrária escravocrata poucos recursos recebeu dos tesouros provinciais. A taxa de analfabetismo no Brasil caiu de 4/5 da população em 1872 para apenas 3/4 em 1920, enquanto que na Argentina caiu de 2/3 em 1869 para pouco mais de 1/3 em 1914³. Na Argentina liberais como Domingo Faustino Sarmiento colocavam a educação pública incluindo o treinamento de professoras como ponto importante de seu programa político. Isto jamais se viu no Brasil. Os liberais argentinos acreditavam que as escolas públicas gratuitas sustentadas pelo governo poderiam transformar a Argentina em uma nação civilizada e próspera e enfrentaram a forte oposição das professoras católicas e das ordens religiosas que consideravam a educação e a saúde como seu domínio exclusivo. A Igreja não ocupou uma posição tão decisiva na sociedade brasileira como em alguns outros países latino-americanos. Opôs-se a ideia do ensino público e gratuito, questão que passou a ser discutida com o estabelecimento da República em 1889, mas nunca teve a mesma força e influência como no México, onde a modernização foi mais estritamente ligada à secularização e onde Benito Juárez e os liberais instituíram uma legislação criando escolas públicas secundárias para meninas como parte de suas tentativas de enfraquecer a Igreja⁴.

No Brasil, o sistema escolar revela o consenso social sobre o papel das mulheres. Elas recebiam ensinamentos através de disciplinas que se pensava serem necessárias às suas funções sociais. Sua educação

³ Brasil: Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872 XXI* (Município Neutro) 102. Brasil: Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920* IV 4º parte XII XVI. SCOBIE James R. *Argentina: A City and a Nation*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1964, p. 154.

⁴ Estudos históricos comparativos da América Latina são raros, principalmente os que tratam da mulher. Vide MILLER Francesca. *Latin American Women and the Search for Social Justice*. Hanover/Londres: University Press of New England, 1991.

⁵ FERREIRA, Felix. *A Educação da Mulher. Notas coligadas de varios autores*. Rio de Janeiro: Typ Hildebrandt, 1881. p. VII, XI.

centrou-se na preparação de seu último destino como esposas e mães. Mesmo para os homens brasileiros que se consideravam progressistas e aprovavam a "igualdade de trabalho e a igualdade civil" o objetivo da educação feminina nada mais era do que o preparo para a maternidade⁵. As meninas deveriam ser ensinadas a cuidar bem de suas casas, pois seu destino era trazer a felicidade para um homem. Um pouco de educação poderia ajudá-las a tornarem-se melhores mães e boas companheiras de seus maridos. Enquanto os homens tradicionalistas acreditavam, assim como alguns moderadores, que o lugar da mulher era em casa, os mais avançados destacavam o significado do papel feminino familiar, enfatizando o poder que possuía para orientar o desenvolvimento moral de seus filhos e de formar bons cidadãos para a nação. Tais argumentos justificaram uma educação mais ampla das mulheres, embora ainda uma instrução que as levasse apenas a cumprir suas responsabilidades familiares.

Usaram argumentos semelhantes as pioneiras adversárias das desigualdades de gênero nos meados do século XIX. Os jornais editados por mulheres, começando com *O Jornal das Senhoras*, cujo primeiro número foi lançado no Rio de Janeiro em 1852, ressaltaram a importância da educação para as mulheres, tanto em seu benefício como para o progresso do mundo.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz, editora do jornal *O Sexo Feminino*, de Campanha, em Minas Gerais, argumentava em 1874, como outras feministas nos anos seguintes, que se as mulheres em outros países podiam frequentar instituições de ensino superior, devia se lhes permitir o mesmo no Brasil. Perguntava retoricamente:

"O nosso império do Brasil que faz timbre em ser submisso, imitador da Europa e dos Estados Unidos em todos os progressos, por que não legisla a fim de que as mulheres em nossa terra possam ser graduadas nas ciências mais indispensáveis aos usos da vida?" "Será? questionava sarcasticamente, que os governos se arrequeiem de alguma revolução resultante de ciência feminina?"

D. Francisca acentuava os benefícios morais e econômicos que advêm a um país cujas mulheres tornam-se participantes ativas na vida nacional, um argumento que poderia interessar aqueles brasileiros esperançosos de modernizar e desenvolver sua pátria⁶.

Somente um homem excepcional poderia aceitar a entrada das mulheres em profissões como a medicina e o direito. Mas a possibilidade de conseguirem acesso a educação superior tornou-se um assunto digno de atenção em poucos e restritos círculos sociais. Em 1874, os professores da Faculdade de Medicina do Rio de

⁶ *O Sexo Feminino*. Rio de Janeiro: 28 de Janeiro de 1874. p. 3, 4.

Janeiro consideraram pela primeira vez a admissão de mulheres. Mais uma vez tanto os exemplos estrangeiros quanto as opiniões tradicionais tiveram grande peso no debate. Os professores a favor da 'emancipação da mulher' destacavam o número de médicas da Europa e dos Estados Unidos e insistiam que o Brasil deveria seguir na vanguarda da civilização enquanto os que entendiam que as aspirações da mulher não devem ir além das do coração queriam que o mundo destas se limitasse ao de **filha, esposa e mãe**.⁷

No Brasil, como em outras partes da América Latina, a educação superior tradicionalmente serviu para preparar os homens para as profissões prestigiosas, particularmente o direito e a medicina. Poucas conexões existiam entre esta instrução e o sistema de educação primária, que foi dirigida e não com êxito à massa da população, porque a maioria dos brasileiros permaneceu analfabeta. A posse de um título obtido numa faculdade constituía-se no requisito mais importante para o ingresso na vida política brasileira. A mulher não poderia ser admitida na academia porque esta oferecia um saber dirigido, um currículo clássico cujo objetivo principal era equipar **os homens** para o mundo político das elites. Não obstante, umas poucas mulheres desafiaram este tratamento do saber como um ritual de puberdade exclusivamente masculino.

Até a década de 1880, qualquer jovem brasileira que desejasse treinamento médico tinha de viajar ao exterior para prosseguir seus estudos. E algumas, assim fizeram. Em 1874, uma jovem de catorze anos, Maria Augusta Generosa Estrella, deixou o Rio de Janeiro para estudar medicina nos Estados Unidos. Três anos mais tarde, seguindo algum trabalho preparatório, conseguiu permissão especial, ela estava abaixo da idade para ingressar no New York Medical College and Hospital for Women.

Antes que ela colasse grau em 1881 e se tornasse a primeira doutora brasileira, a ela se juntou uma segunda jovem, Josefa Agueda Felisbella Mercedes de Oliveira. Elas se viram como duas brasileiras que abandonando a Pátria, que separando nos do seio das caras famílias, fizemos o grande sacrifício de vir estudar medicina, no intuito de ser úteis ao nosso país e de servir a humanidade afligida. Duas grandes ideias inflamam seus corações: 'o amor da Pátria e a defesa do nosso sexo, tão guerreado, como considerado incapaz de receber instrução superior'.⁸

Mesmo depois que o governo brasileiro abriu, em 1879, as instituições de ensino superior do país às mulheres, capacitando-as assim a ingressar em profissões, apenas um pequeno número de mulheres pode seguir

⁷ Brasil, Ministério do Império, *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima quinta legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios do império*, Dr. João Alfredo Correa de Oliveira, Rio de Janeiro, Typ Nacional, 1875. Relatório do Dr. Joaquim Monteiro Caminhoa, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Memória histórica dos acontecimentos notáveis do ano lectivo de 1874, p. 23-24.

⁸ *A Mulher*, Nova Iorque, abril de 1881, p. 16.

esse caminho para empregos de prestígio. Além de superar as pressões e a desaprovação social, as jovens tinham que assegurar os estudos secundários, frequentemente dispendiosos, mas indispensáveis para continuar. Nunca de fácil obtenção para os que não eram membros da elite, a educação secundária permanecia esquivada mesmo para mulheres com pais influentes.

Revelar-se ia muito difícil para as jovens forçar as portas das melhores escolas, tais como o Colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro, a escola secundária pública exemplar do país, embora algumas jovens tenham sido admitidas durante um período curto, em meados da década de 1880. Elas saíram-se bem em seus exames, mas foram logo expulsas. Embora o governo tenha sugerido que as jovens fossem encaminhadas para estabelecimentos de adequada organização onde podem prosseguir em seus estudos, nada equivalente ao Colégio Dom Pedro II existia⁹. Escolas secundárias particulares para moças eram em geral inadequadas e dispendiosas, e sua escolha de educação gratuita ou pública no Rio de Janeiro estava limitada à escola normal e ao Liceu de Artes e Ofícios, que em 1881 acrescentou para as moças cursos especializados e de grande procura em música, desenho e português, mas não em filosofia, álgebra ou retórica, como no Colégio Dom Pedro II¹⁰.

Por volta da virada do século, nos países mais desenvolvidos da América Latina, a maioria dos alunos das escolas normais era de mulheres da classe média. Ao contrário dos homens, que usufruíam das oportunidades de empregar-se no funcionalismo público, nos bancos, no comércio e nas forças armadas, estas mulheres encontravam pouquíssimas alternativas respeitáveis de trabalho. Com instrução, elas poderiam evitar empregos de classes baixas, como o serviço doméstico, a principal categoria de emprego urbano feminino. Em países como a Argentina, Uruguai e Chile, com classes médias em expansão, os filhos de imigrantes europeus dominavam as escolas normais. Porém, numa sociedade mais tradicional, como a peruana, havia poucos alunos para as escolas normais.

Segundo um perspicaz jornalista europeu, as escolas normais brasileiras eram frequentadas, unicamente pelas filhas das famílias menos favorecidas. Não há no Brasil escolas secundárias estaduais ou de instituições de ensino superior para o sexo feminino, que funcionem com todo rigor, como na Europa. Os institutos particulares que aqui existem para o sexo feminino estão muito longe de preencher essa lacuna.¹¹

O Liceu Santa Isabel, no Rio de Janeiro, fundado por uma experiente professora e redatora de jornais

⁹ *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 1^a de outubro de 1885, p. 1; 3 de outubro de 1885, p. 2.

¹⁰ *A Imprensa e o Lyceu de Artes e Officios: Aulas para o sexo feminino*, Rio de Janeiro, Typ. Hildebrandt, 1881, p. III, 5, 12, 25.

¹¹ LAMBERG, Maurício. *O Brasil*, trad. Luiz de Castro. Rio de Janeiro, Typ. Nunes, 1896, p. 59.

Francisca da Mota Diniz e suas filhas oferecia as suas alunas aulas de geometria calculo ciencias naturais filosofia e idiomas estrangeiros (alemão ingles e latim) mas com pagamentos adicionais A situação financeira deste colegio na decada de 1880 tornou se instavel¹² O governo brasileiro não subvencionou escolas secundarias para meninas como aconteceu no Chile no ultimo quartel do seculo XIX o que levou este pais a sair na frente na formação de mulheres no ensino superior ainda que em reduzido numero A Argentina alem de subvencionar algumas escolas secundarias particulares criou o primeiro instituto publico a oferecer as mulheres estudos preparatorios para as universidades a Escola Superior Nacional para Meninas Numero Um em Buenos Aires no ano de 1907¹³ Somente na decada seguinte chegaria a co educação ao Colegio Pedro II no Rio apos as mulheres terem aberto uma brecha nos muros das instituições brasileiras de ensino superior

Apesar dos obstaculos algumas brasileiras seguiram a vanguarda da Dra Maria A G Estrella Em 1887 Rita Lobato Velho Lopes tornou se a primeira mulher a receber o grau de medica no Brasil Em 1888 Ermelinda Lopes de Vasconcelos obteve seu grau e outras seguiram se em breve¹⁴

As profissionais liberais pioneiras encontraram hostilidade e estiveram sujeitas ao ridiculo o que sem duvida estimulou sua consciência sobre as questões dos direitos femininos Um desafio ao controle exclusivo masculino de uma profissão eminente como a medicina podia bem arrancar mais criticas verbais do que o fariam outras atividades femininas novas que não representassem ameaça direta a dominação masculina Algumas manifestações mais visiveis dessa oposição masculina deram se no teatro como na comedia *As doutoras* de Joaquim Jose de França Junior de 1889 que expressou algumas das mais deliberadas oposições as mulheres na medicina

O assunto dessa peça diz respeito a dois compa nheiros de classe de um curso de medicina que se casam no dia da graduação e montam um consultorio em conjunto Mas a insistencia da esposa pela igualdade dentro do casamento e sua bem sucedida competição com o marido por pacientes poem sua uniao em perigo Tanto ela como o pai um crente no progresso e seguidor biruta de esquemas de fazer dinheiro argumentam pela individualidade e emancipação da mulher Como algumas outras feministas ela se opõe especificamente as mulheres serem transformadas atraves do amor em meras maquinas de procriação" (Ato II cena 2) Sua mae prefere de longe os velhos tempos quando as mulheres nao se lembravam de ser

¹² Amélia Diniz e Elysa Diniz a Princesa Imperial Isabel Rio de Janeiro Nov 11 1882 *Programma de Estudos do Lyceo Santa Izabel* Arquivo Nacional Seção de Arquivos Particulares Nº 17 Item Doc CX 15 *Voz da Verdade* Rio de Janeiro 12 de maio de 1885 p 4 28 de maio de 1885 p 4 *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* Rio de Janeiro fevereiro de 1889 p 4 VALLADAO Alfredo *Campanha da Princesa* Sao Paulo Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes 1942 III 252

¹³ MILLER *Latin American Women* p 49 50 LITTLE Cynthia Jeffress *Education Philanthropy and Feminism Components of Argentine Womanhood 1860 1926 In Latin American Women Historical Perspectives* Ed Asuncion Lavrin Westport Conn Greenwood Press 1978 p 241 243

¹⁴ SILVA Alberto *A Primeira Medica do Brasil* Rio de Janeiro Irmaos Pongetti 1954 p 52 94 122 196 198 LOBO Bruno Rita Lobato a primeira medica formada no Brasil *Revista de Historia* XLII 483 485 abril junho de 1971 *A Mensageira* Sao Paulo 15 de janeiro de 1898 p 106 VIDAL Olimpio Barros *Precursoras Brasileiras* Rio de Janeiro A Noite 1955 p 207 229

¹⁵ FRANÇA JÚNIOR Joaquim José da *As doutoras Comedia em 4 actos* Rio de Janeiro Sociedade Brasileira de Autores Theatraes 1932) Informaçao sobre França Junior e suas obras se encontra no artigo de Luis Gastao de Escragnoille Doria *Cousas do passado Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro* 71 pt 2 (1908) 295 297

¹⁶ *A Mensageira* Sao Paulo 15 de outubro de 1897 p 4 30 de dezembro de 1897 p 92

¹⁷ *Escrinio* Porto Alegre 26 de agosto de 1901 p 2

¹⁸ OLIVEIRA Andrada Americana Andrada de *Divorcio?* Porto Alegre Livraria Universal 1912 p 224

¹⁹ MOURA Maria Lacerda de *A Mulher e Uma Degenerada* Rio de Janeiro Civilizaçao Brasileira 1932 p 90

²⁰ PEREIRA Manoel Francisco Pinto *A Mulher no Brasil* Sao Paulo C Teixeira & Cia 1916 p 88 91

²¹ VIDA Barros *Precursoras Brasileiras* p 235

doutoras e limitavam-se ao nobre e verdadeiro papel de maes de familia (Ato I cena 2) Finalmente essa mulher doutora sucumbe não aos argumentos mas aos cumes por causa de outra mulher e ao amor a seu marido que insistia em ser o "chefe da familia" Finalmente ela renuncia a sua carreira e tem um filho Como diz sua mãe as leis da natureza devem vencer A peça termina com a ex doutora proclamando que este filho é suficiente para preencher sua vida¹⁵

As colaboradoras do jornal paulista feminino *A Mensageira* no final do século XIX afirmavam que o Brasil possuía pouquíssimas médicas e que elas tinham que lutar muito contra 'impecilhos e preconceitos'¹⁶

A escritora pernambucana Ines Sabino Maia lamentava no jornal gaúcho *Escrinio* no início deste século que as médicas são tidas como sem pudor¹⁷ A redatora do *Escrinio* Andrada Americana Andrade de Oliveira afirmou que 'ate nas aulas das faculdades a mulher encontrou a hostilidade do homem' e suas palavras eram como "punhais"¹⁸

Na década de 1920 a anarquista e feminista Maria Lacerda de Moura deplorou que "e voz geral que as mulheres não podem não devem exercer as mesmas profissões masculinas incompatíveis com a sua sensibilidade e até com o pudor Criticam a mulher médica a advogada a escritora, a concorrente afinal"¹⁹ Mesmo os homens que defendiam teoricamente o direito da mulher ingressar nas chamadas profissões masculinas argumentavam que o emprego das mulheres foi preciso apenas porque algumas delas não conseguiram casar se o que seria a melhor carreira feminina Como um desses senhores afrontosamente acrescentou "quando tais mulheres não casam na maioria das vezes não é que não o querem senão que as repulsam os homens"²⁰

A oposição encontrada pelas poucas e isoladas mulheres que tentavam conquistar o ingresso nas profissões liberais reforçava seu compromisso com os direitos femininos Segundo um biógrafo compreensivo tal foi o caso de Mirtes de Campos a primeira advogada admitida nos tribunais brasileiros em 1899 e que lutou pelo sufrágio feminino na imprensa e na Ordem dos Advogados Brasileiros muito antes da formação de organizações sufragistas²¹

Em outras partes da América Latina também as profissionais liberais enfrentaram o isolamento e campanhas de ridicularização A primeira médica argentina Cecilia Grierson graduada em 1889 sofreu isolamento e o escárnio por parte de seus colegas homens quando era a única mulher cursando a Universidade de Buenos Aires e travou uma longa campanha legal antes de lhe ser permitido exercer a medicina Cecilia conseguiu

mais tarde não só fundar uma escola profissionalizante de enfermagem como também a primeira associação de obstetrícia e de enfermeiras obstetras e ainda em 1900 o Conselho Nacional de Mulheres da Argentina que filiou-se ao Conselho Internacional de Mulheres

Outras profissionais pioneiras que estudaram medicina na Universidade de Buenos Aires como Alicia Moreau Julieta Lanteri e Elvira Rawson enfrentaram igualmente muita hostilidade masculina. Posteriormente tornaram-se as mais eminentes líderes feministas da primeira metade do século XX na Argentina. Alicia Moreau de Justo escritora e professora além de médica desempenhou importante papel em organizações que lutaram pelos direitos da mulher chefiando a União Feminista Nacional fundada pelo Partido Socialista em 1918 e trabalhando como uma das redatoras da revista feminista socialista *Nuestra Causa*. Julieta Lanteri a terceira médica formada na Argentina em 1918 e uma "livre pensadora" fundou a Liga pelos Direitos da Mulher e da Criança em 1911 e o Partido Feminista Nacional em 1920. Elvira Rawson de Dellepiane que seguiu longa e diversificada carreira dedicada à saúde das mulheres e crianças desempenharia um papel distinguido nas campanhas pelo sufrágio feminino do seu país: foi a fundadora do Centro Feminista em 1905 e encabeçou a Associação dos Direitos da Mulher em 1919²²

Com o avanço do século XX outras mulheres latino-americanas obtiveram instrução superior. Além do direito e da medicina foram admitidas nos cursos de engenharia, farmácia e odontologia. Por volta de 1920 no Brasil estas mulheres competiram com os homens na disputa de cargos públicos de alto nível. Elas tinham determinação e capacidade de organização assim como relações pessoais para liderar campanhas bem sucedidas pelo voto feminino. As líderes das décadas de 1920 e 1930 do movimento brasileiro pelo sufrágio feminino conseguiram seu objetivo principal em 1932 e o Brasil tornou-se o quarto país no hemisfério ocidental a conceder este direito seguindo o Canadá, Estados Unidos e Equador. A liderança da campanha sufragista era constituída por advogadas, médicas e engenheiras do serviço público e da iniciativa privada.

Bertha Lutz reconhecida como a grande líder desta campanha, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a maior organização do gênero, era bióloga, graduada pela Sorbonne e obteve alta colocação no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Na década de 1920 a liderança da Federação procurou com êxito o apoio de jovens profissionais liberais. Como explicou a esta autora, anos atrás, numa

²² CARLSON Marifran
*„Feminismo! The Woman's
Movement in Argentina From
Its Beginnings to Eva Peron
Chicago Academy
Chicago Publishers 1988 p
90 92 103 133 154 155
LITTLE Education
Philanthropy and Feminism
In LAVRIN (ed.) Latin
American Women
p 243 247 252*

²³ Entrevista com Carmen Portinho Rio de Janeiro 11 de junho 1984

²⁴ Entrevista com Maria Rita Soares de Andrade Rio de Janeiro 21 de junho 1983

entrevista Carmen Portinho uma das fundadoras da Federação com dezoito anos de idade quando as dirigentes "descobriam mulheres formadas tentavam alistá-las no movimento"²³ No Rio Carmen Portinho conseguiu muitas adesões na Faculdade de Engenharia e recrutou em outros estados varias militantes como por exemplo Maria Rita Soares de Andrade advogada em Sergipe que décadas mais tarde relatou como a maioria de suas contemporaneas do pequeno circulo de profissionais liberais participou do movimento sufragista²⁴

Por toda a America Latina as profissionais liberais desempenharam importante papel na liderança dos diversos movimentos pelos seus direitos As pioneiras medicas argentinas Cecilia Grierson Alicia Moreau Julieta Lanteri e Elvira Rawson de Dellepiane tornaram se as lideres mais proeminentes de seu pais Outras dentre as primeiras a formarem se na Universidade de Buenos Aires alem de seguirem carreira na medicina assistencia social ciencias e educação defenderam a ascensao social e economica da mulher No Chile Eloisa Diaz Inzunza a primeira a formar se em medicina em 1886 seguiu destacada carreira na saude publica e defendeu ardorosamente os direitos femininos Ernestina Perez Barahona segunda medica chilena e feminista convicta foi a primeira presidenta do Conselho Nacional de Mulheres em 1919 Amanda Labarca Hubertson a mais destacada feminista e pioneira do sufragismo no Chile e primeira chilena a conquistar uma catedra universitaria em 1922 era educadora e nao medica Paulina Luisi primeira uruguaia formada em 1889 e a primeira medica do pais participou da criação do Conselho Nacional de Mulheres em 1916 e ganhou renome internacional como militante feminista na defesa do voto e de um padrao moral comum para homens e mulheres Em Cuba pais que esteve sob dominio espanhol ate 1898 e que tambem sofreu grande influencia dos Estados Unidos de diversas maneiras tres quartos da liderança do movimento sufragista possuíam formação universitaria²⁵

No final do seculo XIX um numero crescente de mulheres recebeu um pouco mais de instrução mas as grandes massas da população permaneceram sem alfabetização

As portas dos estabelecimentos brasileiros de ensino superior finalmente se abriram para as mulheres como queriam as feministas Porem poucas conseguiram cruzar estas portas e um numero menor ainda lutou para seguir as profissoes liberais ate então dominadas pelos homens As pioneiras profissionais liberais

²⁵ MILLER *Latin American Women* p 49 54 CARLSON *Feminismo!* p 83 LITTLE Cynthia Jeffress Moral Reform and Feminism A Case Study *Journal of InterAmerican Studies and World Affairs* 17 Novembro de 1975 386 397 STONER K Lynn *From the House to the Streets The Cuban Women's Movement for Legal Reform 1898 1940* Durham/Londres Duke University Press 1991 p 78

em relação ao seu número exerceram uma grande influencia na sociedade Sua profissionalização e seu confronto com o mundo masculino hostil estimulou muito sua tomada de consciência politica

As mulheres brasileiras que exerceram as prestigiosas carreiras da medicina e do direito representavam uma minuscula fração da força de trabalho feminino nesta sociedade o que significa que os homens dominaram de forma esmagadora as profissões liberais por muitas décadas Não obstante este fato dessas fileiras feministas originou se uma minoria de brasileiras que trabalhou conscientemente para mudar o status social e politico da mulher no seculo XX

Tabela 1 - Taxas de Alfabetização, Brasil, 1872-1920

1872	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	1 013 055	551 426	4 110 814	4 255 180
% de alfabetizados entre a população masculina 19 8 % de alfabetizados entre a população feminina 11 5				
1890	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	1 385 854	734 705	5 852 078	6 361 278
% de alfabetizados entre a população masculina 19 1 % de alfabetizados entre a população feminina 10 4				
1920	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	4 470 068	3 023 289	10 973 750	12 168 498
% de alfabetizados entre a população masculina 28 9 % de alfabetizados entre a população feminina 19 9				

FONTES Brasil Directoria Geral de Estatistica Recenseamento da população do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1^a de agosto de 1872 XXI (Municipio Neutro) 102 Brasil Directoria Geral de Estatistica Recenseamento do Brazil realizado em 1^a de setêmbro de 1920 IV 4^a parte XII XVI

Tabela 2 - Taxas de Alfabetização Rio de Janeiro, 1872 1920

1872	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	65 384	34 101	93 382	82 105

% de alfabetizados entre a população masculina 41 2

% de alfabetizados entre a população feminina 29 3

1890	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	169 960	100 370	123 624	128 624

% de alfabetizados entre a população masculina 57 9

% de alfabetizados entre a população feminina 43 8

1906	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	260 941	160 131	202 512	187 859

% de alfabetizados entre a população masculina 56 3

% de alfabetizados entre a população feminina 146 0

1920	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	398 144	312 108	200 163	247 458

% de alfabetizados entre a população masculina 66 5

% de alfabetizados entre a população feminina 55 8

FONTES *Recenseamento do Brasil 1920* II 3ª parte cvi 414 415 IV 4ª parte xiii Brasil Directoria Geral de Estatistica *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906* 1 108 109

**Tabela 3 - Taxas de Alfabetização São Paulo (Capital),
1872 1920**

1872	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	5 055	2 673	10 672	12 984
% de alfabetizados entre a população masculina 32,1 % de alfabetizados entre a população feminina 17,1				
1890	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	12 040	6 774	22 196	23 924
% de alfabetizados entre a população masculina 35,2 % de alfabetizados entre a população feminina 22,1				
1920	Alfabetizados		Analfabetos	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	189 097	148 605	104 910	136 421
% de alfabetizados entre a população masculina 64,3 % de alfabetizados entre a população feminina 52,1				

FONTE *Recenseamento do Brasil 1920* IV 4ª parte xxvi xxvii